

## **THE STRANGER AS MY GUEST: A CRITICAL ANTHROPOLOGY OF HOSPITALITY**

*O estrangeiro como meu convidado:  
uma antropologia crítica da hospitalidade*

AGIER, Michel. Cambridge, Medford: Polity, 2021, 160p.

*João Gilberto Belvel Fernandes Júnior*<sup>a</sup>

*"The stranger as my guest: a critical anthropology of hospitality"*, ensaio traduzido para o inglês por Helen Morrison, em 2021, se apresenta como uma culminação teórico-antropológica atual da trajetória de pesquisa de Michel Agier – professor e pesquisador da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, diretor de pesquisa do *Institut de Recherche pour le Développement* e líder do projeto *Border Analysis and Border Ethnographies in Liminal Situations* –, fazendo confluír os interesses de pesquisa do autor pela antropologia urbana e da cidade (v.g. 1999), pela migração, pela condição cosmopolitana, pelo humanitarismo e pelos agenciamentos políticos de imigrantes e refugiados em situações de fronteira (v.g. 2011).

O livro propõe uma "antropologia crítica da hospitalidade", e isto pode ser entendido de pelo menos duas formas:

A primeira é de que, como propositor de uma teoria crítica, o autor busca, para além de restabelecer certo discurso sobre a hospitalidade às suas condições sociais, políticas, culturais e econômicas de produção, intervir na realidade social. Neste sentido, Agier desconstrói tanto a reivindicação de uma "hospitalidade incondicional", tal como formulada por Derrida (2001), quanto a ideia de um direito cosmopolítico estabelecido nos marcos do nacionalismo e do individualismo epistemológicos, corolário da "*Paz Perpétua*" kantiana (1988) – opondo, àquela, a sua abstração, que pressupõe um "estrangeiro" enquanto entidade absoluta, autocontida, isolada e de alteridade infinita, implicando na impossibilidade de qualquer integração social, e, a este, o fato de tomar

<sup>a</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: [joabelveljr@outlook.com](mailto:joabelveljr@outlook.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3525-1785>.

apenas o Estado como unidade básica da ordem internacional, distorcendo o seu próprio princípio de hospitalidade ao assemelhar a “nação” a uma “casa”, e, com isso, inviabilizando seu objetivo.

Para Agier, nisto inspirado numa larga tradição antropológica que se debruçou sobre a hospitalidade, o que importa – teórica e politicamente – é determinar quais são as condições dentro das quais é possível converter o “estrangeiro” em “hóspede”, travando-se com ele uma relação que suspenda a suposição da sua periculosidade e da animosidade: experimentar a sua intrusão, através da qual tanto o convidado quanto o anfitrião são transformados, sem que isso acarrete sua qualificação como um inimigo.

É isso que leva o leitor ao segundo sentido a partir do qual se pode entender o que é uma “antropologia crítica da hospitalidade”. Ao invés de especular sobre estas condições, Agier descreve, etnograficamente, práticas contemporâneas da hospitalidade que surgiram na Europa desde a crise dos refugiados de 2015, como respostas comunitárias, locais ou societárias, aos controles de fronteira cada vez mais rígidos. Estas práticas, que muitas vezes assumem o contorno da desobediência civil, por parte de cidadãos que recebem migrantes irregulares em suas casas, permitem ao autor demonstrar três características fundamentais da hospitalidade contemporânea. Para começar, ao invés de “incondicionada”, a hospitalidade, no contexto atual de organizações familiares mais enxutas e com disponibilidade menor de espaço e recursos, se desenvolve em meio a condições sociais nas quais organizações comunitárias, religiosas, políticas ou locais dividem o custo da recepção doméstica dos migrantes e permitem que eles participem de uma rede na qual não se acham nem isolados e nem integrados a uma estrutura tão rígida quanto a do ambiente familiar – do qual é dependente as formas mais antigas de hospitalidade. Depois, esta hospitalidade se desenvolve ao nível da “vila” ou do “município” (e não no nível “nacional”, onde se confunde com o controle de fronteiras, e nem no nível individual). Ela aparece em redes de acolhimento que expandem as obrigações mútuas nela albergadas para círculos mais amplos, através dos quais a solidariedade se torna cada vez mais pública, sem, no entanto, que com isso se incorra a um uso meramente metafórico deste conceito. Por fim, ao invés de ser bilateral e de se desenvolver apenas entre hóspede e anfitrião, estas práticas ocorrem no interior de uma relação de três partes, integrada também pelo Estado, na qual a recepção do hóspede implica uma crítica ético-política do anfitrião à hostilidade dirigida, por este Estado, contra o migrante, negando-lhe os direitos e o ingresso no território.

A partir dessas características do movimento de ressurgimento da hospitalidade ao nível local, Agier define a sua antropologia da hospitalidade como uma antropologia cosmopolítica, da “condição cosmopolitana” enquanto experiência real e imediata de uma relação com o “exterior”, próximo ou

distante, de determinada comunidade, a qual se refere ao mundo todo, por nela se vivenciarem a experiência da fronteira e os desafios sociais e multiculturais que a acompanham.

A tarefa e a vocação política dessa antropologia, tal como o autor a concebe, por sua vez, seria a de apontar para o que tem sido feito, e, sobretudo, o que pode ser feito com o objetivo de se banir para sempre o espectro do estrangeiro absoluto e radicalizado, incomunicável e não integrável, abrindo caminho para um estrangeiro que, simplesmente por habitar um mundo em comum com os cidadãos, tem direitos iguais aos dele. Em outras palavras, tratar-se de abrir espaço político para aquilo que o autor nomeia, na conclusão de seu estudo, de “cidadania nômade” – produto do aumento da liberdade de movimento, da expansão dos direitos de pertencimento (ou de integração do estrangeiro à comunidade política) e do incremento de conhecimento e de reconhecimento do outro e de culturas compartilhadas com ele.

Nesse sentido, a obra de Agier se converte em manifesto ou programa político-antropológico, propondo uma tarefa que ela mesma não pode resolver sozinha. O autor deixa pistas ao leitor: de um lado, é preciso converter a hospitalidade, de uma injunção ética ou dever moral, em “direito” propriamente dito, de maneira a torná-la exigível do Estado por todos e por cada um dos migrantes; e, de outro lado, isso deve ser feito no interior das condições sociais fornecidas no nível local, onde as redes para a manutenção e defesa desses direitos são capazes de funcionar. A articulação institucional entre esses fatores, todavia, fica a ser descoberta, podendo-se apenas entrever a opinião do autor por sua referência ao movimento do “neomunicipalismo” europeu, cuja agenda é a de uma retomada das competências político-constitucionais aos governos locais, em detrimento dos governos centrais – algo com a aptidão para desdobrar a ideia de “cidadania” em diferentes escalas.

### Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. *L'invention de la ville: Banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 1999.
- AGIER, Michel. *Managing the Undesirables: Refugee Camps and Humanitarian Government*. Cambridge: Polity, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *On Cosmopolitanism and Forgiveness*. Londres: Routledge, 2001.
- KANT, Immanuel. *Perpetual Peace and Other Essays*. Indianapolis: Hackett, 1988.